

Editorial José Manuel Fernandes

## O caso das suspeitas de Belém não acabou ontem

Das duas, uma: ou o Presidente fundamenta as suas suspeitas depois das eleições, e age em conformidade, ou se se limitar a iniciativas píffias terá enfraquecido a sua autoridade como chefe de Estado

Uma vez que este editorial - sobre o afastamento de Fernando Lima da chefia do gabinete de assessoria para a comunicação social do Palácio de Belém - será lido com mil lupas e, se se mantiver o registo dos últimos dias, facilmente treslido, comecemos por relembrar os factos essenciais.

**Primeiro facto:** há 17 meses, um editor do PÚBLICO enviou uma mensagem a um jornalista pedindo-lhe para apurar um conjunto de factos. Esse jornalista não apurou nenhum elemento que fosse susceptível de ser noticiado, e nada foi noticiado. Dados fornecidos por uma só fonte que se quer manter anónima não são notícia no PÚBLICO.

**Segundo facto:** a 18 de Agosto, o PÚBLICO editou uma notícia, baseada numa fonte identificada como “membro da Casa Civil do Presidente da República”, em que esta assumia que esta se interrogava: “Será que em Belém passámos à condição de vigiados?” Uma tal suspeição, assumida por uma fonte do Palácio de Belém, é notícia em qualquer parte do mundo. No dia seguinte, essa notícia não só não foi desmentida, como foi confirmada por outros órgãos de informação. Escrevi então em editorial: “Se a Presidência da República quis que se soubesse das suas suspeitas sobre o não cumprimento das regras do jogo por alguns actores políticos é porque sente que pode ficar no olho da tempestade depois das eleições de 27 de Setembro”.

**Terceiro facto:** quase um mês depois desta notícia, parte do conteúdo de uma troca de mensagens entre a direcção editorial do PÚBLICO, um editor e um jornalista, trocadas exclusivamente

no interior do jornal, é entregue a um jornalista da secção política do *Expresso*. Essa entrega, feita em papel, não foi realizada por ninguém do PÚBLICO, como já explicou o director daquele semanário. O mesmo material terá sido poucas horas depois encaminhado para o *Diário de Notícias*, uma vez que o *Expresso* informou a sua fonte que primeiro teria de investigar o significado dessas mensagens. Já o *Diário de Notícias* optou por revelar correspondência privada com o objectivo de expor a fonte da notícia de 18 de Agosto. Não se sabe como esse conjunto de mensagens saiu para fora do PÚBLICO nem o *DN* esclareceu como as recebeu.

Estes são os factos essenciais. Sobre o comportamento dos vários órgãos de informação envolvidos já muito foi escrito. É matéria de opinião que envolve directamente o PÚBLICO sobre a qual não nos pronunciaremos nem hoje, nem aqui. Relevante é analisar os factos políticos, não os factos mediáticos.

A primeira questão que se coloca é a de saber se o afastamento de Fernando Lima corresponde ao assumir pela Presidência da República de que as notícias sobre as suas suspeitas de estar a ser vigiada eram falsas ou, então, exageradas. As declarações feitas ainda em Agosto pelo Presidente, assim como o que disse na sexta-feira passada, já depois das notícias sobre Fernando Lima, não permitem concluir que essas suspeitas não existem. Mais: se o Presidente as quisesse por fim desmentir teria ontem podido fazê-lo ao afastar o seu assessor das suas anteriores responsabilidades. De novo isso não aconteceu. Só aconteceu o que não podia deixar de

acontecer: Fernando Lima deixou de ter condições pessoais e políticas para falar aos jornalistas, logo foi afastado das relações com a comunicação social.

A segunda questão a discutir, e a mais importante, é o comportamento da Presidência da República. Na verdade, ao permitir que esta questão assumisse a dimensão que assumiu, Cavaco Silva, que já iria estar no olho da tempestade depois das eleições, colocou-se no olho de outra tempestade antes delas. Por isso, das duas, uma: ou a seguir a 27 de Setembro fundamenta as suas suspeitas, e age em conformidade, ou se se limitar a iniciativas píffias terá enfraquecido a sua autoridade como chefe de Estado, porventura de forma irremediável. Sendo que este processo não se resolve com uma simples queixa à Procuradoria-Geral da República ou com o rastreamento do Palácio de Belém para descobrir eventuais aparelhos de escuta. E ninguém perdoará se se perceber que as suspeitas ou não existiam, ou não tinham fundamento, ou eram simplesmente paranóicas.

Há, porém, uma terceira questão que não pode ser esquecida: a forma como este tema “rebentou” num jornal, isto é, as condições em que correspondência interna do PÚBLICO saiu deste jornal e quem a levou a um jornal que não quis fazer investigação própria, ao contrário do *Expresso*.

**P.S.** Este jornal deve um esclarecimento de facto aos seus leitores: ao contrário do que afirmou o provedor do leitor, ninguém nesta empresa lhe “vasculhou” a correspondência electrónica. O PÚBLICO continua sim a ser o espaço de liberdade que lhe permitiu fazer as críticas que fez.

## Cartas ao Director

### O caminho

De onde viemos, onde estamos e para onde caminhamos? Não deixa de ser pertinente o cidadão consciente fazer tal pergunta! Será o crónico problema nacional uma consequência das “baixas habilitações” da classe política ou será a cultura do “vai-se andando” e do “menos mal”, transversal a toda a sociedade, a culpada pela crise que há muito se instalou? Por certo foi a conjugação das duas realidades que resultou na causa que atirou o país para o facilitismo do “deixa andar” até ao “logo se vê”... porque

“do mal, o menos” (*sic*)! Sem grandes esperanças (ou nenhuma) na consequência das eleições que se avizinham, para Portugal já é indiferente ter governos de maioria ou de minoria, políticas de direita de centro, de esquerda ou “luminárias” com mais ou menos fotogenia ao leme da esburacada “barca”. E mesmo que ainda se acreditasse e se perdesse tempo a escolher qualquer “coisa”, mandaria o bom senso que essa “coisa” fosse uma inovadora lufada de ar fresco... e não o bafio do mofo ou do bolor que desde há muito teima em fazer carreira em Portugal. Sem produzir e sem exportar não à volta a dar

e a ver pelo dispendioso “circo” eleitoral em exibição pelos quatro cantos da nação, verifica-se não ter surgido até à data qualquer trupe de “contorcionistas” ou “acrobatas” que se proponha a levar à cena tão difícil, arriscado e necessário “número” de gestão económica. (A exemplo de 1977 e de 1983, em que as soluções vieram do FMI, também em 2010, independentemente de quem estiver no “poleiro”, as políticas económicas e sociais serão impostas por terceiros, pelos credores... que só pecam por não nomear já, também, os seus executores, poupando assim ao país os gastos das campanhas

e a inevitável poluição sonora que sempre as acompanha!)

É o caminho, amargo, mas é o caminho da realidade!  
António Carvalho, Gouveia

### O PÚBLICO errou

Na entrevista com Francisco Pinto Balsemão refere-se que este apresentou uma Lei de Imprensa que consagrava os conselhos de redacção durante o governo de Sá Carneiro quando se devia referir que a apresentou com Sá Carneiro ainda antes do 25 de Abril, na

época em que ambos integravam a chamada “ala liberal” na antiga Assembleia Nacional.

No texto sobre o espólio de Almeida Faria ontem publicado é necessária uma rectificação. Não foram os manuscritos dos romances posteriores a *A Paixão* que foram vendidos a peso pela editora Portugália em 1975. O que ali se perdeu foram os textos dactilografados e as provas de revisão de *Rumor Branco* e de *A Paixão*.

Email: [cartasdirector@publico.pt](mailto:cartasdirector@publico.pt)  
Contactos do Provedor dos Leitores  
Email: [provedor@publico.pt](mailto:provedor@publico.pt)  
Telefone: 210 111 000